



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

061. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR PEB II – HISTÓRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões **01** e **02**:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **03** a **08**:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.
- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
 - (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
 - (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
 - (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
 - (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.
04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de
- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
 - (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
 - (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
 - (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
 - (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.
05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
 - (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
 - (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
 - (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
 - (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.
06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:
- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
 - (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
 - (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
 - (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
 - (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...
07. Observe o emprego das aspas nas passagens:
- ... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)
- ... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)
- É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de
- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
 - (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
 - (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
 - (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
 - (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.
08. Considere as seguintes passagens:
- ... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)
- ... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)
- ... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.
- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
 - (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
 - (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
 - (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
 - (E) merecedora para; impróprios a; desacredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

11. Alcântara (2022) entende que o período da pandemia foi também ocasião de reflexão sobre a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas escolas.

A autora afirma que, assim como historicamente já ocorreu com a lousa, os livros didáticos e materiais individuais de escrita, a introdução desses novos materiais e instrumentos tecnológicos na rotina escolar

- (A) tem o potencial de alterar a própria concepção de escola, assim como suas formas de organização e funcionamento.
- (B) representa barreira determinante à qualificação da educação pública, cada vez mais massificada e menos individual.
- (C) apenas acrescenta um recurso didático à prática pedagógica, sendo o material incapaz de provocar mudanças culturais na escola.
- (D) comprova haver nas escolas uma marcada oposição entre os proponentes de práticas inovadoras e os docentes, que se agarram a práticas tradicionais.
- (E) pode erradicar por completo a produção de desigualdades no interior da sala de aula, o que atesta para seu caráter revolucionário.

12. Tendo por referência a definição classificatória de Bonamino e Sousa (2012) para as avaliações da educação em larga escala, as avaliações de terceira geração são aquelas que

- (A) evitam tanto quanto possível provocar consequências diretas sobre escolas e currículos.
- (B) concentram seus instrumentos em questões discursivas, substituindo os itens objetivos das gerações anteriores.
- (C) utilizam critérios ligados ao ensino, e não à aprendizagem, para analisar a qualidade da escola.
- (D) são aplicadas exclusivamente em meio digital, agilizando o processo de coleta e análise.
- (E) integram políticas de responsabilização forte, com mecanismos de sanções ou recompensas em função dos resultados.

13. De acordo com Hernández e Ventura (2017), a definição do tema é o ponto de partida na organização do projeto de trabalho.

Assinale a alternativa que expressa corretamente a perspectiva dos autores acerca dessa etapa do projeto.

- (A) Recomenda-se defini-lo em relação às demandas que os alunos propõem, levando em conta uma organização curricular baseada nos interesses dos estudantes.
- (B) É prerrogativa da supervisão escolar, cuja perspectiva ampliada permite a identificação e a proposição de temas adequados a cada faixa etária e ciclo de escolarização.
- (C) Deve-se evitar a conexão entre os projetos novos e os anteriores, de modo a preservar o caráter de surpresa e novidade para os estudantes.
- (D) Os temas dos projetos devem opor-se ao currículo oficial, pois, caso fossem vinculados a ele, seriam incapazes de engajar os estudantes.
- (E) O professor deve escolher temas sobre assuntos que as crianças não conhecem, mas apresentá-lo de tal modo que elas sintam ter participado da decisão.

14. Mendes, Almeida e Toyoda (2011) descrevem um processo conjunto desenvolvido entre uma rede municipal de ensino e uma universidade federal. Nele, a comunidade acadêmica oferecia ajuda aos professores da rede, que voluntariamente compartilhavam problemas relacionados à inclusão escolar que poderiam ser trabalhados coletivamente. As autoras descrevem esse processo como um intercâmbio entre quem ajuda e quem é ajudado, de modo que o professor está a todo momento livre para aceitar ou rejeitar as soluções recomendadas durante a atividade.

Esse relato apresenta um exemplo do que as autoras denominam

- (A) supervisão escolar.
- (B) ensino mútuo.
- (C) consultoria colaborativa.
- (D) observação não participante.
- (E) pesquisa amostral.

15. Paulilo (2017), ao debater o fracasso escolar, mobiliza a perspectiva do importante educador e político brasileiro Anísio Teixeira.

Segundo o autor, Teixeira defende que a reprovação é um indicador de

- (A) qualidade do ensino, já que a escola tem o dever de selecionar os estudantes mais capazes, com base em parâmetros de alto desempenho.
- (B) falha da instituição e do sistema escolar, já que a escola tem o dever de ensinar a todos e assegurar o preparo para a vida comum dos cidadãos.
- (C) desestruturação familiar, já que o aluno oriundo de contextos disfuncionais apresenta déficits em sua performance acadêmica.
- (D) fatores individuais, já que a escola oferece as mesmas oportunidades a todos e deve evidenciar as limitações próprias de cada aluno.
- (E) justiça meritocrática, já que a escola deve efetivamente pautar a progressão escolar no esforço e nos resultados objetivos apresentados.

16. Entre as características dos multiletramentos que Rojo (2012) apresenta como unânimes para os estudos do campo, está o fato de os multiletramentos

- (A) seguirem a lógica de propriedade e o respeito à autoria, em conformidade com as relações de poder estabelecidas.
- (B) apresentarem-se como estáticos e unilaterais, devido ao afastamento gerado pelas tecnologias de comunicação contemporâneas.
- (C) favorecerem uma interação crescentemente competitiva perante o individualismo das sociedades capitalistas.
- (D) dependerem da distribuição controlada da informação, no que as mídias tradicionais, como o jornal e a televisão, são protagonistas.
- (E) serem híbridos, fronteiriços e mestiços no que diz respeito às linguagens, aos modos, às mídias e às culturas.

17. Hoffmann (2011) afirma a existência de uma “dicotomia educação e avaliação”. Na perspectiva da autora, essa dicotomia é

- (A) uma conquista dos movimentos educacionais progressistas, pautados em evidências científicas.
- (B) uma consequência da crescente influência do construtivismo sobre as práticas escolares.
- (C) um avanço da cultura escolar, enquanto consciência da necessidade de objetividade nos processos avaliativos.
- (D) uma falácia, pois toda ação educativa deve ser constantemente avaliada pelo professor.
- (E) um erro analítico, ao tratar esses dois termos equivalentes como fenômenos distintos.

18. Diante da multiplicidade de interpretações sobre o conceito de currículo, Silva (2016) resgata as contribuições de Sacristán para delimitá-lo como a expressão da função socializadora e cultural da escola.

Para Sacristán, segundo o autor, o desenvolvimento de currículos escolares é

- (A) uma prerrogativa exclusiva da escola e de seus agentes.
- (B) uma produção que ocorre no âmbito político.
- (C) um produto técnico que, como tal, deve ser ideologicamente isento.
- (D) uma tradução das necessidades individuais de cada aluno.
- (E) um processo normativo centralizado nas instâncias reguladoras.

19. A partir de sua compreensão sobre os saberes docentes e a formação profissional de professores, Tardif (2012) defende o que denomina “epistemologia da prática profissional”.

Trata-se de uma perspectiva a respeito da docência que implica o estudo do conjunto

- (A) dos saberes realmente utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas.
- (B) dos conceitos e das teorias científicas, que determinam a atuação dos professores, tornando-a abstrata e artificial.
- (C) dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, ou seja, professores e estudantes.
- (D) das regras de atuação externamente impostas ao professor, seja pela unidade escolar em que trabalha, seja pelo Estado.
- (E) dos movimentos pedagógicos historicamente predominantes, desde o ensino tradicional até o construtivismo e a neurociência.

20. Veiga (2009) afirma que o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP)

- (A) acaba sendo extinto quando se adota uma perspectiva efetivamente democrática.
- (B) é uma atribuição específica dos supervisores de ensino e das secretarias de educação.
- (C) deve ser preferencialmente exercido por agentes externos ao corpo gestor da escola.
- (D) cabe aos responsáveis pela coordenação pedagógica e pela orientação educacional.
- (E) tende a ter maior qualidade técnico-política quando exercido por consultores especializados.

21. Entre as diretrizes relacionadas a sequências de ensino-aprendizagem dentro do paradigma das competências, Zabala e Arnau (2020) defendem que as atividades partam de situações significativas e funcionais.

Para os autores, isso se deve ao caráter

- (A) episódico do ensino de competências, possibilitando que ele integre a metodologia pedagógica especificamente quando for desejável maior motivação estudantil.
- (B) disciplinar do ensino de competências, possibilitando que estas emergam preferencialmente do domínio factual dos saberes de cada campo de conhecimento.
- (C) procedimental do ensino de competências, possibilitando que um procedimento possa ser aprendido junto à capacidade de usá-lo quando necessário.
- (D) abstrato do ensino de competências, possibilitando que o trabalho a ser realizado seja flexível e evitando a delimitação objetiva do objeto de estudo.
- (E) simplificado do ensino de competências, possibilitando que todos os estudantes alcancem os resultados previstos a partir das soluções transmitidas pelo professor.

22. O conceito piagetiano de “pensamento egocêntrico”, conforme exposto por La Taille (in La Taille; Oliveira; Dantas, 1992), define-se

- (A) pela capacidade da criança de manter, ao longo de uma conversa, a coerência de suas definições e afirmações.
- (B) pela tendência de crianças pequenas de elegerem o ponto de vista próprio como absoluto.
- (C) por uma hipertrofia do “eu” e, portanto, por um comportamento autonomamente regulado.
- (D) por um traço patológico de personalidade, sendo verificável em indivíduos incapazes de sentir empatia.
- (E) pela capacidade da criança de aplicar a si própria as regras que regulam o comportamento do outro.

23. Em relação às políticas avaliativas, o Decreto nº 12.686/2025, em seu art. 4º, assume como um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva assegurar

- (A) a isonomia nas avaliações, por meio de instrumentos padronizados para todos os estudantes.
- (B) a dispensa das avaliações a estudantes acolhidos pelo Atendimento Educacional Especializado, exceto quando optarem pelo contrário.
- (C) a garantia de adaptações razoáveis, nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.
- (D) a priorização de testes objetivos como instrumento de avaliação do público-alvo da Educação Especial.
- (E) a concessão obrigatória de pontuação extra aos alunos com deficiência, proporcionalmente às barreiras impostas por cada caso.

24. Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 01/2012), é correto afirmar que a Educação em Direitos Humanos articula-se a diferentes dimensões, entre as quais está o fortalecimento de práticas que envolvem

- (A) o reconhecimento das desigualdades como fator inevitável na globalização.
- (B) a predileção pelo conceito de igualdade em lugar do de equidade social.
- (C) a redução da diversidade, por ser produto de discriminações sociais.
- (D) a reparação das diferentes formas de violação de direitos.
- (E) o florescimento de uma civilização mais homogênea e, portanto, tolerante.

25. A indisciplina de crianças e adolescentes pode ser um desafio tanto dentro quanto fora da escola.

Em suas ações diante desse contexto, educadores devem respeitar as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que, em seu art. 17, estabelece

- (A) a prerrogativa exclusiva dos pais no uso do constrangimento como sanção perante ao comportamento inadequado.
- (B) o dever de observância da proporcionalidade no uso da violência como forma de correção da indisciplina.
- (C) o controle adulto sobre imagem, identidade, espaços e objetos pessoais das crianças, devido à carência de autonomia na infância.
- (D) a proibição de repreensão da criança e do adolescente por parte de adultos, por quaisquer que sejam os meios.
- (E) o direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A busca de autonomia também exige reconhecimento das bases da epistemologia da História.

(Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. A Etapa do Ensino Fundamental – História, p. 400-401. Adaptado)

O documento em referência indica como sendo parte das bases epistemológicas mencionadas:

- (A) a realidade social como um processo estático ou lento; os fatos históricos não podem ser estudados isoladamente, mas sim dentro do todo social; o historiador e o objeto não devem interagir.
- (B) o conhecimento histórico baseado em fatos empíricos comprovados; a sociedade passa pelos estágios teológico, metafísico, positivo e civilizatório; a evolução social é gradual e progressiva.
- (C) a evolução da história humana rumo ao progresso constante; a primazia dos documentos escritos em relação à autenticidade dos fatos históricos; o historiador deve testar a autenticidade da fonte.
- (D) a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento; o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações; a concepção de documento como suporte das relações sociais.
- (E) as forças produtivas e as relações de trabalho como base econômica do mundo; a política, as leis, a religião e a cultura como reflexos dessa base material; o historiador inserido em uma visão de classe.

27. A contextualização é uma tarefa imprescindível para o conhecimento histórico. Com base em níveis variados de exigência, das operações mais simples às mais elaboradas, os alunos devem ser instigados a aprender a contextualizar.

(Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. A Etapa do Ensino Fundamental – História, p. 399)

A partir dos pressupostos teóricos que fundamentam a BNCC, identifique atividades relativas à aprendizagem mencionada no fragmento.

- (A) Problematicar a própria escrita da história, compreendendo o significado histórico de uma cronologia e realizar o exercício da composição e interpretação de outras ordens cronológicas e suas contradições.
- (B) Observar e conhecer a estrutura do objeto e das suas relações com modelos e formas (semelhantes ou diferentes), confrontando diferentes análises e opiniões sobre um mesmo objeto de pesquisa.
- (C) Pesquisar fontes de acordo com a faixa etária e o nível de ensino – documentos da cultura material para os anos iniciais e documentos escritos para os anos finais, evitando-se os de natureza digitalizada.
- (D) Buscar reunir, organizar e transcrever os registros estatais de forma não subjetiva, compreendendo que os fatos falam por si mesmos – e não o historiador –, por intermédio do papel timbrado ou testemunhos de época.
- (E) Identificar o momento em que uma circunstância histórica é analisada juntamente com as condições específicas daquele momento, inserindo o evento em um quadro mais amplo de referências sociais, culturais e econômicas.

28. É necessário criar entre nós o gosto pela nossa história – sem o que, não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo. O que é preciso para isso é ir começando por aliviar da massa dos fatos o contexto histórico, reduzindo a narração aos sucessos mais significativos, de modo a esclarecer a consciência, a infundir sentimento, poupando o mais que for possível a memória. O primeiro trabalho, e o mais interessante, é este – o de demonstrar como a nossa história é bela, e como a pátria, feita, defendida e honrada pelos nossos maiores, é digna do nosso culto.

(Rocha Pombo. *História do Brasil para o Ensino Secundário*. Apud: Thais N. L. Fonseca. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. Em: L.M.C. Siman; T.N.L. Fonseca (org.). *Inaugurando a História e construindo a nação – discursos e imagens no ensino de História*, p. 96)

Considerando a concepção teórica subjacente ao fragmento, assinale a alternativa que apresenta conteúdos e sequência programática condizentes com o que defende Rocha Pombo.

- (A) O mundo no século XV e a posição dos países ibéricos, destacando Portugal no quadro europeu, para chegar à descoberta do Brasil, em 1500; as expedições de reconhecimento da terra e a política de colonização portuguesa, com as capitanias hereditárias e o governo geral.
- (B) Os ciclos econômicos coloniais (açúcar e ouro) e o modo de produção escravista, baseado na superexploração do trabalho de escravizados; a transição para o trabalho assalariado no café e as lutas operárias na República Velha, evidenciando as contradições de classe.
- (C) As estruturas de longa duração, investigando a história demográfica das populações indígenas e quilombolas; as rotas comerciais marítimas no Atlântico Sul; e a evolução das paisagens e técnicas agrícolas no interior do país ao longo dos séculos.
- (D) Aspectos gerais da história das mentalidades e das representações cotidianas, propondo o estudo do imaginário religioso no barroco mineiro, a construção dos mitos de heróis nacionais, como Tiradentes; e as práticas culturais e afetivas das famílias escravizadas e libertas no século XIX.
- (E) Movimentos sociais brasileiros recentes, no estudo de fenômenos contemporâneos de acontecimentos vividos pelos estudantes, a exemplo de momentos eleitorais históricos, bem como a investigação da memória pública nacional e as dinâmicas de ativismo de minorias sociais.

29. Uma análise de algumas obras didáticas recentes e com grande vendagem [...] permite, por exemplo identificar rápida e facilmente a diluição de conteúdos na história do Brasil. Apenas para exemplificar, em um rápido levantamento quantitativo, em um livro didático para o ensino médio, confeccionado segundo o atual modelo de volume único para as três séries, verifica-se que dos 42 capítulos apresentados, apenas 12 são efetivamente de conteúdos de história do Brasil.

(Circe M. F. Bittencourt. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. Em: Leandro Karnal (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*, p.188)

De acordo com a historiadora Circe Bittencourt, a análise apresentada pelo excerto é uma decorrência da opção teórica

- (A) contemporânea de História, que se expandiu para o ambiente virtual, incorporando o patrimônio digital nativo – a exemplo de e-mails, postagens em redes sociais, algoritmos e bancos de dados – como documentos históricos fundamentais, desvalorizando-se a micro-história e seus problemas regionais.
- (B) que introduziu a ideia de que as representações, os imaginários e as linguagens de uma época específica exigem do historiador uma postura crítica para decifrar os símbolos e as relações de poder presentes em quaisquer discursos e manifestações culturais.
- (C) em que a noção de documento ultrapassa os documentos oficiais, entendendo que tudo o que o ser humano diz, escreve ou fabrica pode e deve informar sobre ele, o que faz com que as fontes passem a incluir vestígios materiais, ferramentas, dados demográficos e expressões artísticas.
- (D) em que a abordagem historiográfica foca em análises detalhadas de eventos, personagens e comunidades específicas, buscando compreender dinâmicas históricas a partir de uma escala reduzida e suas relações com o macrocosmo da História universal e seus marcos teóricos.
- (E) que prioriza as explicações estruturais para as situações nacionais ou regionais, em que a história do Brasil aparece como apêndice da história global e as problemáticas nacionais deixam de constituir o eixo norteador dos conteúdos, pois as explicações históricas são fornecidas externamente.

30. Uma das críticas mais pertinentes sobre os métodos tradicionais focaliza a insuficiência deles na formação intelectual ou no desenvolvimento do espírito crítico dos alunos. [...].

Uma questão que tem sido debatida é a possibilidade de introdução do método dialético no ensino de História e das demais disciplinas escolares.

(Circe M. F. Bittencourt. *Ensino de História: fundamentos e métodos*, p. 231)

Segundo a autora, o método dialético corresponde

- (A) à busca da compreensão de como cada elemento contribui para a ordem e o equilíbrio do sistema social, para entender a função de cada componente na manutenção da coesão do todo.
- (B) a uma descrição da experiência vivida e consciente dos indivíduos, buscando compreender como as pessoas percebem e dão significado ao seu próprio mundo, sem julgamentos prévios.
- (C) à investigação de regras e padrões invisíveis que organizam a cultura, a linguagem e a sociedade, com foco sincrônico, em que se estuda um sistema em um momento fixo no tempo.
- (D) a um esforço para o progresso do conhecimento que surge do confronto de teses opostas – o pró e o contra, a afirmação e a negação –, possibilitando a elaboração da crítica.
- (E) a um modelo que prioriza a subjetividade e a essência dos fenômenos como eles se manifestam, operando uma espécie de gramática social estabelecida pelas estruturas sociais.

31. Georges Duby exemplifica esse risco que o historiador deve evitar com um estudo de Christian Pfister (1885) sobre Roberto, o Piedoso, que, segundo o analista, tomado de amor, esposa uma comadre e parente, tudo fazendo para casar-se com ela, desprezando todas as regras religiosas e cometendo incesto; contudo, a ideia de amor e de incesto aí expressas são do século XIX e não do rei do ano mil, de um contexto de uniões organizadas pelos pais, sem consentimentos etc.

(Pedro Paulo Funari e Glaudson J. Silva.
Teoria da História, p. 73. Adaptado)

O excerto exemplifica o risco de

- (A) hiper-relativismo cético, em que há a negação da existência de qualquer verdade histórica, transformando a área de História em mera literatura ou obra ficcional.
- (B) ilusão da isenção absoluta, em que profissionais da área acreditam que podem afastar-se completamente do objeto para possibilitar que os fatos e os documentos falem por si mesmos.
- (C) anacronismo psicológico, que consiste no estabelecimento de práticas e condutas atuais como se sempre tivessem existido, desconsiderando tratar-se de mentalidades diferentes.
- (D) diluição da agência humana, ao focar excessivamente nas condicionantes do meio ambiente ou da longa duração, encaixando realidades locais e complexas em modelos universais.
- (E) reducionismo econômico, em que se busca explicar todas as manifestações culturais, religiosas e políticas (superestrutura) apenas como reflexos diretos da base econômica (infraestrutura).

32. Pretendendo fazer uma história de gênero, temos a obra *A história das mulheres no Ocidente*, surgida em fins de 1991, sob a direção de Georges Duby e Michelle Perrot, que busca incorporar muitas das inovações apresentadas. A obra cobre o período que vai desde a Antiguidade até nossos dias, assumindo os autores a periodização habitual da história ocidental. Os autores, após afirmarem ser esta prática a única possível, questionaram, porém, a sua pertinência conceitual.

(Rachel Soihet. *História das mulheres*.
Em: Ciro F. Cardoso; R. Vainfas (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, p. 406. Adaptado)

Segundo Rachel Soihet, em resposta ao questionamento feito pelos autores mencionados, houve

- (A) críticas a essa importação de molduras tradicionais, argumentando-se que os marcos decisivos da história política e evolutiva não coincidem necessariamente com as transformações nas relações de sexo.
- (B) aprovação em relação à periodização adotada, uma vez que a moldura quadripartite de História Geral atende aos principais marcos históricos da humanidade, quando utilizado o modelo de História Integrada.
- (C) entendimento de que, considerando os referenciais teóricos do período em que foi escrita a obra de Duby e Perrot, não havia ainda debates acadêmicos suficientes para o estabelecimento de novos parâmetros.
- (D) disputas no campo teórico entre as diferentes tendências historiográficas, com marxistas defendendo o uso do modelo dos modos de produção e historiadores dos Annales, o uso da longa duração.
- (E) indagações relativas à legitimidade de autores do sexo masculino estarem à frente de obras dessa natureza, uma vez que estes não poderiam vivenciar a experiência de gênero inerente à existência feminina.

33. Para o grupo que marcou o nascimento da História acadêmica e consagrou a divisão quadripartite da História da Civilização, quanto mais próxima do presente a pesquisa histórica se pautasse, tanto mais sujeita a erros e distorções por parte do historiador, cujo ofício deveria, idealmente, ser apartado de todo engajamento nas questões político-ideológicas do seu tempo. Para esse grupo de historiadores, as maiores dificuldades em escrever uma História Contemporânea eram a falta ou a exiguidade de arquivos e o caráter aberto do período contemporâneo, ainda influente nos acontecimentos do presente de cada historiador.

(Marcos Napolitano. *Pensando a estranha história sem fim*.
Em: Leandro Karnal (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*, p. 164/5. Adaptado)

Marcos Napolitano se refere ao grupo de historiadores

- (A) metódicos.
- (B) da Escola dos Annales.
- (C) da História Nova.
- (D) pós-modernistas.
- (E) presentistas.

34. Observe a pintura de Victor Meirelles e leia o texto que segue.



(Victor Meirelles. *Primeira Missa no Brasil*, 1860.
Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/81999-primeira-missa-no-brasil>. Acesso em 23.05.2026)

Meirelles atingiu a convergência rara de formas, intenções e significados que fazem com que um quadro entre poderosamente dentro de uma cultura. Esta imagem do descobrimento dificilmente poderá vir a ser apagada, ou substituída. Ela é a primeira missa do Brasil. São os poderes da arte fabricando a História.

(Jorge Coli. A pintura e o olhar sobre si [...]. Em: Marcos C. Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, p. 384. Grifo do autor)

Na análise do historiador Jorge Coli, a pintura em referência

- (A) trouxe para o debate historiográfico, por meio da arte, formas complexas de organizações e manifestações culturais, com destaque à cultura dos povos originários.
- (B) possibilitou a realização de registro contemporâneo ao acontecimento do fato, buscando perpetuar a imagem de um tempo em que ainda não havia fotografia.
- (C) produziu uma nova escola de artes visuais, com base na evolução teórica e acadêmica da Europa Ocidental adaptada à realidade cultural do Brasil colonial.
- (D) contraria a trajetória teórica do estilo da pintura histórica, buscando retratar e recriar situações realistas ligadas a fatos ocorridos na história de modo geral.
- (E) contribuiu para a invenção de uma história visual nacional, servindo como referência para a identidade brasileira, que foi delineada no século XIX.

35. Em 1684, a tempestade caiu sobre o Maranhão. Os irmãos Manuel e Tomás Beckman, o primeiro, proprietário de engenho, o segundo, poeta e advogado, apoiados por cerca de oitenta homens armados, entre eles senhores de engenho e comerciantes locais, comandaram o movimento.

Aos gritos de “Mata, mata os padres da Companhia”, os rebeldes saíram pelas ruas, batendo de porta em porta e convocando a população a tomar o Colégio Nossa Senhora da Luz, onde se instalava a Companhia de Jesus.

(L. M. Schwarcz; H.M. Starling. *Brasil: uma biografia*, p. 222. Adaptado)

O movimento em referência teve como parte de suas causas a

- (A) disputa com bandeirantes paulistas, pelo direito de exploração exclusiva das jazidas de pedras preciosas recém-descobertas na região sul da capitania.
- (B) tentativa de derrubar o governador da capitania, nomeado pelo Rio de Janeiro, exigindo, ainda, o fim do recrutamento militar obrigatório.
- (C) luta contra o monopólio lusitano das exportações e, ainda, contra a emissão da proibição régia que impedia a escravização de indígenas.
- (D) repressão a um dos maiores levantes indígenas do período colonial, liderada por um indígena tupi educado por jesuítas, contra a invasão de terras nativas.
- (E) insatisfação com os impostos cobrados pela metrópole sobre a produção de couro e charque, tomando os produtos coloniais mais caros do que os estrangeiros.

36. Segundo José Murilo de Carvalho, deve-se acrescentar o fato de que uma parte significativa da elite política era constituída de magistrados. Desse modo, a profissão contribuiu para aumentar os índices de homogeneidade da elite política, em termos de visão do mundo, interesses e objetivos a serem alcançados. A elite que assumiu o poder e foi, ao mesmo tempo, se construindo no Brasil pós-independência possuía características básicas de unidade ideológica e de treinamento que não estavam presentes nas elites de outros países. Apesar de não ser nada representativa do conjunto da população, teve condições de realizar uma política de construção de um Estado centralizado e conservador.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 184. Adaptado)

No fragmento, Boris Fausto apresenta uma análise sobre

- (A) o papel do sistema escravista no quadro de relações internacionais, vigente desde o século XVIII, com relação aos interesses ingleses no tráfico negreiro.
- (B) o sucesso no controle das rebeliões coloniais mais violentas no período colonial, especialmente as lideradas por negros escravizados e indígenas não catequizados.
- (C) as transformações socioeconômicas que haviam gerado uma classe baseada na produção cafeeira, tendo esta assumido a defesa da autonomia provincial.
- (D) uma das razões pelas quais o Brasil não se fragmentou após a independência, mantendo a configuração territorial que vinha dos tempos da Colônia.
- (E) a defesa das liberdades e de uma representação política mais ampla dos cidadãos, que se configuravam como bandeiras levantadas pelo Partido Liberal.

37. Na obra *História do Brasil* (p. 221), Boris Fausto considera que poucos temas da história brasileira têm sido tão discutidos e investigados como a escravidão. A existência de uma “brecha camponesa” é uma dessas discussões sustentada por alguns historiadores, com Ciro Cardoso à frente, destacando a importância do tema para a economia brasileira colonial e do século XIX.

A referida tese parte da constatação de que

- (A) a existência de libertos em ações rebeldes da população negra não era muito comum, uma vez que, por estarem em posição intermediária entre livres e escravizados, acabavam por aproximar-se socialmente mais do campesinato branco e pobre, suavizando o choque racial direto.
- (B) os escravizados tiveram, nas fazendas de cana, e sobretudo de café, permissão para trabalhar em pequenos lotes de terra, produzindo gêneros tanto para seu sustento como para venda no mercado, e a generalização dessa permissão acabou provocando uma fissura no sistema escravista.
- (C) razões afetivas podem ter pesado fortemente em grande número de alforrias, pois, na divisão entre sexos, constata-se uma nítida predominância de mulheres, especialmente das que trabalhavam no campo, compondo cerca de 64% dos alforriados, no primeiro terço do século XIX.
- (D) a alforria mediante pagamento poderia ser revogada pelo antigo senhor, sob a simples alegação de ingratidão; além disso, no papel ou na prática, a libertação, em muitos casos, era acompanhada de uma série de restrições como a prestação de serviços obrigatórios no campo, por um certo tempo.
- (E) os atos de libertação por iniciativa dos senhores ocorriam, principalmente, na área rural, em que eram libertados apenas velhos e doentes que não possuíam mais condições de trabalho na lavoura, sendo deixados à própria sorte, e muitos acabavam migrando para os centros urbanos.

38. A “causa paulista” foi abraçada com um fervor cívico que ainda não se conhecia no estado, e o entusiasmo feminino superou as expectativas: milhares de mulheres, ricas e pobres, doaram suas joias atendendo ao chamado da campanha Ouro pelo Bem de São Paulo, lançada sob o pretexto de conseguir lastro para pagar os custos de guerra.

(Lília M. Schwarcz; Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, p. 614)

Identifique a alternativa que corresponde ao contexto histórico delimitado pelo fragmento.

- (A) Oficiais de baixa patente levantaram-se contra as oligarquias paulista e mineira, levando ao fechamento do Clube Militar de São Paulo e dando início ao movimento tenentista.
- (B) Militares rebeldes ocuparam a cidade de São Paulo por 23 dias, sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes, contestando o presidente Artur Bernardes e a chamada política do café-com-leite.
- (C) No estado onde se concentrava o maior número de indústrias do país, os operários não acorreram em massa para lutar e, assim, os trabalhadores das fábricas ficaram de fora da mobilização geral.
- (D) Militantes da Ação Integralista Brasileira encabeçaram uma tentativa de golpe de Estado para derrubar Getúlio Vargas, meses após o fechamento da referida organização.
- (E) Primeiro grande marco do movimento operário brasileiro, cerca de 70 mil trabalhadores paralisaram a capital paulista após o assassinato do sapateiro José Martínez pela polícia.

39. No início da década de 2000, ocorreu a consolidação de espaços de representação do movimento indígena – por meio das suas organizações – nas esferas públicas, com a internalização e a gestão de recursos governamentais e de várias lideranças de organizações indígenas, que passaram a ocupar funções públicas e políticas na esfera da Administração Pública, trazendo novas conquistas, mas também novos desafios.

(Gersem S. Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, p. 79. Adaptado)

Partindo da obra mencionada, fazem parte do contexto em referência

- (A) o surgimento de políticas públicas específicas para os povos indígenas, notadamente nas áreas de saúde e educação, acompanhadas pelas dificuldades desses povos de lidarem com a complexa lógica burocrática da Administração Pública.
- (B) a perda de direitos conquistados na Constituição de 1988 e desligamento do Brasil da Convenção 169/OIT, passando a desconsiderar a proposta de Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada e autogerida pelos indígenas.
- (C) a diminuição da população autodeclarada indígena, nas últimas décadas, em virtude do aumento da violência, envolvendo a invasão de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários, por parte do agronegócio e do garimpo ilegal.
- (D) a consolidação de novas práticas de relação do Estado com as organizações indígenas, que vêm contribuindo para afastar os povos originários da participação política, em razão da tutela e do paternalismo da política indigenista oficial.
- (E) a fragmentação de forças do movimento indígena, como efeito da multiplicação de organizações indígenas institucionalizadas e legalizadas por todo o país, fazendo com que pautas de interesse comuns acabem ficando negligenciadas.

40. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou, se quiserem, de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução. Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória. Ele durou até o início de 1979.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 480. Adaptado)

O AI-5, de dezembro de 1968, tinha como parte de suas medidas:

- (A) o envio de projetos de lei ao Congresso Nacional pelo presidente da República, cuja aprovação poderia ocorrer por decurso de prazo, caso não fossem votados em 30 dias; o Comando Supremo da Revolução poderia cassar mandatos e suspender direitos políticos.
- (B) a extinção de todos os partidos políticos existentes e a instituição do sistema de bipartidarismo, criando a Arena e o MDB; estabelecimento de eleição indireta para a presidente da República, por meio do Congresso Nacional e não mais pelo voto popular.
- (C) a implementação de eleições indiretas para governadores dos estados; a nomeação de prefeitos das capitais dos estados, bem como dos municípios considerados como de “segurança nacional” passariam a ser feitas pelos respectivos governadores.
- (D) a suspensão da garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional; o presidente da República passou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso Nacional, para cassar mandatos e suspender direitos políticos.
- (E) a ampliação de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, permitindo ao regime nomear juízes alinhados aos seus interesses; a convocação para que o Congresso Nacional se reunisse extraordinariamente para aprovar a nova Constituição Federal.

41. Na América Espanhola, depois da independência política, arma-se um grande confronto entre os advogados da manutenção da universidade colonial e os propugnadores da implantação de uma nova instituição moderna, alicerçada em outros princípios, que entendiam os antigos estabelecimentos superiores como símbolo do atraso, da opressão.

(Maria Lígia C. Prado. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*, p. 94. Adaptado)

O contexto histórico abordado refere-se

- (A) às guerras civis entre federalistas e unitários.
- (B) ao conflito entre liberais e a Igreja Católica.
- (C) às disputas entre monarquistas e republicanos.
- (D) aos movimentos liderados por milícias camponesas.
- (E) às medidas tomadas para conter levantes indígenas.

42. Com os processos de democratização em curso nos anos 1980 e 1990, marcados, entretanto, por uma transição considerada por muitos “conservadora”, diferentes cientistas políticos passaram a refletir sobre as dimensões de uma cultura política autoritária que ultrapassava o domínio das Forças Armadas e do Estado. Ou seja, procuraram ampliar o viés investigativo, lançando luz sobre a disseminação de posturas autoritárias por extensos setores que apoiaram os golpes.

(Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino. *História da América Latina*, p. 168. Adaptado)

O fenômeno abordado pelo excerto pode ser exemplificado pelo caso

- (A) do Paraguai, em que o governo militar ordenou o sequestro, tortura e desaparecimento de um grupo de estudantes secundaristas, cujo episódio ficou conhecido como a *Noite dos Lápis*.
- (B) da Venezuela, quando houve a ocupação pelas forças do governo militar de refinarias da petroleira estadunidense IPC, marcando um golpe de caráter nacionalista.
- (C) da Bolívia, em que houve um “autogolpe”, executado pelo próprio presidente civil Juan Maria Bordaberry, com o apoio total das Forças Armadas do país.
- (D) do Chile, em que houve boicotes que industriais e comerciantes realizaram para desgastar a presidência do país, durante o governo de Salvador Allende.
- (E) do Peru, quando foi deflagrada a Operação Brother Sam, em que os EUA acionaram um plano logístico secreto e clandestino, incluindo uma força-tarefa naval.

43. As realizações extraordinárias da civilização greco-romana haviam sido propriedade de um pequeno estrato governante, inteiramente divorciado da produção. O trabalho manual era identificado com a servidão e era, por isso mesmo, degradante.

(Perry Anderson. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, p. 127. Adaptado)

Segundo Perry Anderson, um dos desdobramentos do contexto abordado pelo fragmento foi

- (A) a estagnação técnica relacionada ao modo de produção escravista, pois não havia estímulo a inovações, fazendo com que a tecnologia persistisse sem grandes mudanças, ao longo do tempo.
- (B) a elaboração do primeiro código de leis escritas em Roma, ocorrida após intensas revoltas e greves dos plebeus contra os privilégios políticos, econômicos e sociais da aristocracia patrícia.
- (C) a implantação de leis de reforma agrária e distribuição de trigo subsidiado pelo governo romano, como forma de conter a revolta popular contra a fome e a miséria que assolavam o império.
- (D) a deflagração da Terceira Guerra Servil, liderada pelo gladiador Espártaco, que conseguiu reunir um exército de mais de 70 mil escravizados, que derrotou várias legiões romanas.
- (E) a concentração dos poderes políticos e militares em Roma, dando início a um período de relativa estabilidade interna e florescimento cultural, graças ao trabalho dos plebeus.

44. De fato, o cotidiano é, por assim dizer, o agir mais mecânico e mais automático do ser humano. E a repetição multissecular de gestos, atividades, comportamentos. De certa forma, o cotidiano coloca seus protagonistas fora do tempo e do espaço: nascer, comer, trabalhar, vestir, habitar, festejar, morrer foram – no essencial – invariáveis, talvez desde os primeiros momentos da História até o século XVII ou XVIII. Isso, é claro, no quadro étnico-cultural que nos interessa, o da Europa ocidental.

(Hilário Franco Júnior. *A Idade Média*, p. 168. Adaptado)

No fragmento, o autor observa

- (A) a complementariedade entre os diferentes tempos cronológicos, que leva à evolução das etapas comuns à humanidade.
- (B) a diferença entre o modo de produção feudal e o modelo que se inaugura com o advento do capitalismo.
- (C) a relação entre a estrutura cotidiana dos grupos sociais medievais e a concepção de longuíssima duração.
- (D) alguns equívocos inerentes a análises históricas que se baseiam no determinismo geográfico e econômico.
- (E) uma limitação advinda do eventualismo de média duração, que ignora estruturas cotidianas mais profundas.

45. A transição do espírito característico do declínio da Idade Média para o humanismo foi muito mais simples do que à primeira vista somos levados a supor. Habitados a opor o humanismo à Idade Média, supomos muitas vezes que a adesão ao nosso sistema implicou o repúdio do outro. É-nos difícil imaginar que o espírito pudesse cultivar as antigas formas de pensamento e de expressão medievais e aspirar ao mesmo tempo à visão antiga da razão e da beleza. Mas é assim mesmo que temos de conceber o que se passou. O classicismo não apareceu por súbita revelação; cresceu entre a vegetação luxuriante do pensamento medieval. Antes de ser uma inspiração, o humanismo foi uma forma. E, por outro lado, os modos característicos do pensamento da Idade Média persistem durante muito tempo durante o Renascimento.

(J. Huizinga. O declínio da Idade Média [...].
Apud: Paulo Miceli. *História Moderna*, p. 9)

O historiador Paulo Miceli utiliza a citação para ilustrar entendimento de que

- (A) a falta de evidências e fontes históricas dificultam o estabelecimento de marcos temporais mais precisos, considerando os pressupostos teórico-metodológicos da História Nova Cultural.
- (B) a História Moderna não representou ruptura radical e absoluta em relação à Idade Média, sendo impossível datar com precisão o momento exato do encerramento de uma e o início da outra.
- (C) os estudos históricos não devem ser compreendidos como meros espelhos ou instrumentos de disputas políticas do presente, anulando-se a alteridade em relação à época estudada.
- (D) a utilização de fronteiras do Estado-nação moderno como a unidade natural e obrigatória de análise histórica empobrece o estudo de redes culturais e fluxos transfronteiriços.
- (E) a história da humanidade pode ser representada pelos marcos temporais da história da Europa ocidental, uma vez que os acontecimentos mencionados reverberaram em boa parte do mundo.

46. Na obra *A Era das Revoluções: 1789–1848*, o historiador Eric Hobsbawm afirma que “a revolução americana pôde proclamar-se a causa direta da Revolução Francesa” (p. 66).

Essa afirmação tem como fundamento

- (A) o fato de os rebeldes dos EUA inspirarem os revolucionários franceses na defesa do fim da ordem escravagista e feudal.
- (B) o envio de armamentos e o apoio financeiro oferecido aos revolucionários franceses pelo governo estadunidense.
- (C) o conflito que ficou conhecido como “quase-guerra”, no qual EUA e França firmaram um pacto diplomático-militar.
- (D) o envolvimento da França na guerra de independência dos EUA, o que levou à bancarrota da monarquia francesa.
- (E) a elaboração da primeira Constituição da França revolucionária, que adotou o modelo republicano dos EUA.

47. Dois fatos estritamente relacionados ocorreram em 1783: a proclamação da independência dos EUA e o exacerbamento da questão racial. O autor da Declaração da Independência, Thomas Jefferson, em suas *Notes on the States of Virginia* (1787), tratando a questão dos escravos como questão política, registrou o grande desconforto daquele momento, isto é, o que fazer com os negros.

(Leila L. Hernandez. *A África na sala de aula*, p. 322. Adaptado)

Segundo Leila Hernandez, uma das medidas adotadas para a questão exposta no excerto foi

- (A) a proibição do tráfico transatlântico de escravizados pelos EUA, que foi aprovada pelo Congresso pouco tempo depois, praticamente inviabilizando o mercado de escravizados no país.
- (B) o repatriamento ao continente africano, por meio da *American Colonization Society* com o auxílio do governo estadunidense, que adquiriu terras de chefes locais de diversos povos africanos.
- (C) a edição da Lei dos Três Quintos, que determinava que a população escravizada seria contabilizada nesta proporção em relação a um homem livre, para promover a abolição gradual da escravatura.
- (D) o estabelecimento de um acordo entre os estados do Norte, abolicionistas, e do Sul, escravagistas, para negociar a abolição gradual da escravatura com leis válidas para todo o país.
- (E) a aprovação de lei que determinava que qualquer escravizado que fugisse do Sul e cruzasse a fronteira para um estado livre do Norte seria considerado automaticamente livre.

48. O que diferencia os movimentos independentistas da África portuguesa de todos os outros, e também da Indochina, é a dupla internacionalização de seu combate.

Angola se tornou o microcosmo onde se enfrentavam os três campos que disputavam a hegemonia mundial, enquanto a ONU, por ocasião de seu 25º aniversário, em 1970, criticava Portugal, a África do Sul e a Rodésia.

(Marc Ferro. *História das colonizações: das conquistas às independências*, século XIII a XX, p. 339-340)

Segundo Marc Ferro, em Angola, delineou-se o seguinte panorama:

- (A) a guerra pela independência foi marcada pela união inédita dos três principais grupos armados (MPLA, FNLA e UNITA), contando com o apoio da URSS e da China, com a finalidade de impedir que disputas internas prejudicassem o principal motivo do conflito.
- (B) a intervenção militar da ONU ocorreu para forçar o exército português a se retirar e abreviar o conflito militar, que já durava muitos meses, causando milhares de mortes entre a população civil, além da crise econômica que provocou fome e miséria.
- (C) a UPA-FNLA era apoiada indiretamente pelos EUA, enquanto o MPLA recebia o apoio financeiro e militar da URSS e Cuba; em razão do conflito sino-soviético, a China apoiou a UNITA, que já contava com o apoio da vizinha África do Sul.
- (D) o episódio conhecido como “Massacre de Mueda”, em que guerrilheiros angolanos invadiram um hospital militar português e executaram centenas de civis, fez com que a opinião pública europeia fosse favorável à permanência das tropas coloniais na África.
- (E) o líder revolucionário Amílcar Cabral negociou diretamente com Lisboa e convenceu a ditadura Salazarista a reconhecer a independência de Angola, mediante deposição de armas dos grupos apoiados por URSS, Estados Unidos e China.

49. A televisão jamais se tornou tão prontamente portátil quanto o rádio, mas domesticou a imagem em movimento. Além disso, embora um aparelho de TV continuasse sendo muito mais caro e fisicamente desajeitado que um rádio, logo se tornou quase universal e constantemente acessível mesmo para os pobres de alguns países. Na década de 1980, cerca de 80% de um país como o Brasil tinha acesso à televisão. Isso é mais surpreendente que o fato de nos EUA o novo veículo ter substituído tanto o rádio quanto o cinema como a forma padrão de diversão popular na década de 1950. Sua demanda de massa era esmagadora.

(Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914–1991*, p. 484)

O historiador Eric Hobsbawm utiliza a situação descrita no fragmento para analisar formas pelas quais

- (A) o acesso às artes foi democratizado em escala mundial, graças às novas tecnologias que vêm possibilitando a redução das desigualdades sociais.
- (B) a tecnologia revolucionou as artes, tornando-as onipresentes, além de transformar a maneira como são percebidas.
- (C) a lógica de mercado pôde ser burlada, graças ao avanço tecnológico, possibilitando maior liberdade de criação artística.
- (D) a expansão da internet e das tecnologias digitais possibilitaram uma indústria cultural que rompeu o processo de alienação do público.
- (E) vanguardas artísticas foram sendo constituídas em regiões cada vez mais afastadas dos centros tradicionais europeus.

50. Esse colapso pode assinalar o fim do Breve Século XX, como a Primeira Guerra Mundial pode assinalar o seu início. Nesse ponto minha história chega ao fim.

Chega ao fim – como todo livro concluído no início da década de 1990 – com um olhar para a escuridão. O colapso de uma parte do mundo revelou o mal-estar do resto. À medida que a década de 1980 passava para a de 1990, foi ficando evidente que a crise mundial não era geral apenas no sentido econômico, mas também no político.

(Eric Hobsbawm. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991*, p. 19-20)

O autor se refere ao colapso

- (A) da “Era do Ouro”, cujo desmoronamento teve início com a crise do petróleo, que levou ao desmantelamento do sistema financeiro internacional de Bretton Woods e abriu caminho para a “Era da Crise”.
- (B) do modo de vida do campesinato, pelo fato de que a mudança social mais drástica e rápida do período foi a redução da população rural, o que consolidou a vitória definitiva do modelo urbano de sociedade.
- (C) do Estado de Bem-Estar Social, criado como resposta para conter os avanços dos movimentos populares e sindicais, que vem sendo desaparelhado e causando retrocessos em direitos já conquistados.
- (D) dos grandes acordos internacionais pela manutenção do equilíbrio ambiental e climático, o que vem aprofundando as alterações climáticas, em função da disputa por mercados e uso de tecnologias.
- (E) do sistema socialista de vários países, especialmente da URSS, cujo desmoronamento destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Mais de 30 anos após a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Brasil adapta a legislação a um novo contexto histórico: a vida digital. Com impactos diretos para escolas, famílias e o cotidiano de crianças e adolescentes, o ECA Digital inaugura um novo marco na regulação das plataformas e na proteção de direitos no ambiente online.

Essa atualização se tornou necessária porque o uso da internet por crianças e adolescentes cresceu muito. Segundo a edição de 2024 da pesquisa TIC Kids Online Brasil, 83% das crianças e adolescentes que usam a internet no país já têm contas em plataformas como WhatsApp, Instagram, TikTok e YouTube, mesmo quando esses serviços não são pensados especificamente para esse público.

(Ana Luísa D'Maschio. *O que é o ECA Digital e como ele impacta o cotidiano escolar*. Disponível em: <https://porvir.org>, 20.01.2026. Adaptado)

TEXTO 2



(Fred Santana. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br>, 17.03.2026. Adaptado)

TEXTO 3

A Lei nº 15.211, mais conhecida como ECA Digital, já está valendo. Entretanto, as *big techs* ainda corriam para adotar as medidas mais elementares previstas na legislação na véspera de sua vigência. Segundo a avaliação de especialistas, as iniciativas das empresas de tecnologia representavam apenas uma ínfima parte de tudo o que elas ainda precisavam fazer. Não será fácil: as mudanças impostas pelo ECA Digital enfrentam forte resistência das companhias estrangeiras, haja vista que impactam seu modelo de negócios. É evidente que as plataformas precisam estruturar ambientes mais seguros. Mas existe uma linha tênue entre o que cabe a elas e o que deve ser acompanhado pelos pais. Ferramentas de supervisão parental, como vincular a conta do filho a um responsável, já são realidade em alguns serviços, mas ainda inexistentes em outros.

O ponto é que, sem o acompanhamento ativo da família, qualquer sistema acaba falhando. A plataforma pode impedir anúncios direcionados ou bloquear certos conteúdos, mas dificilmente conseguirá substituir o papel de supervisão que cabe aos pais. O risco é que, ao transferirmos totalmente essa responsabilidade para empresas de tecnologia, acabemos criando uma sensação de falsa segurança.

(Estadão. *O ECA Digital começa mal*. Disponível em: www.estadao.com.br, 19.03.2026. Adaptado)

TEXTO 4

Especialistas já apontam fragilidades no novo ECA Digital. Há quem veja excesso de transferência de responsabilidade às famílias, como se pais e mães, sozinhos, pudessem enfrentar plataformas bilionárias movidas por um lucro inescrupuloso, alimentado justamente pela exposição precoce e pelo engajamento tóxico. Outros alertam para a timidez das sanções, a vagueza de conceitos e a ausência de mecanismos claros e eficientes de fiscalização. Protege-se a infância no discurso, mas preserva-se, na prática, a inércia estatal e o conforto econômico de quem lucra com o risco. Leis não fracassam sozinhas: fracassam quando o Estado não fiscaliza, não pune e não educa.

(Oscar Bessi. *ECA Digital: uma nova "Lei Maria da Penha", ótima sem mudar nada?* Disponível em: www.correiopovo.com.br, 11.02.2026. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS DESAFIOS DO ECA DIGITAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES NA INTERNET

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

